



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 2ª VARA DO
TRABALHO DE JOÃO PESSOA**

Equipe de Correição: Alexandre Roque Pinto (Juiz Auxiliar da Vice-Presidência e Corregedoria), Anna Beatriz Queiroga Lopes Meira de Araújo, Cláudia Maria Bandeira Correia Lima Vilar, Eurício de Oliveira Pessoa, Marco Antônio Maia Pinheiro, Rodrigo Cavalcante Barreto, Silvana Marsicano Franca e Vladimir Azevedo de Mello.

Jurisdição	Alhandra, Bayeux, Caaporã, Cabedelo, Conde, João Pessoa, Pitimbu
Normativo de criação	Lei nº 5.650, de 11/12/1970
Data de instalação	1º/03/1971
Data da última correição	15 de março de 2022
Período correicionado	1º/3/2022 a 31/3/2023

Aos 24 de abril de 2023, sob a supervisão da Excelentíssima Senhora Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora **MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA**, foi realizado o encerramento dos trabalhos correicionais da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa, em cumprimento ao disposto no inciso XI do artigo 31 do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, conforme Edital de Correição nº 008/2023 publicado no DEJT- Adm e Jud, no sítio eletrônico deste Regional e enviado à Secretaria da Vara por correio eletrônico.

A Desembargadora Corregedora, acompanhada do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Alexandre Roque Pinto, e do Secretário da Corregedoria, Rodrigo Cavalcante Barreto, foram recebidos presencialmente, na sede da Vara, pela Juíza titular, Solange Machado Cavalcanti, pelo Juiz substituto, Sérgio Cabral dos Reis, pelo Diretor de Secretaria, Heldegardo dos Santos, e demais servidores lotados na Unidade Judiciária. Com base na análise dos processos selecionados para correição, na consulta dos dados estatísticos fornecidos pelos Sistemas e-Gestão, Hórus e PJe referentes ao período de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

1º/3/2022 a 31/3/2023 (13 meses), e nas informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, a Corregedoria Regional apurou o seguinte:

1. ESTRUTURA FUNCIONAL

1.1 Magistrada titular

Juíza Titular	Titularidade na Unidade
Solange Machado Cavalcanti	23/4/2012 – Ato TRT GP nº 086/2012

1.2 Magistrado substituto fixo

Juiz Substituto Fixo	Fixação na Unidade
Sérgio Cabral dos Reis	03/02/2020 – Ato TRT SCR nº 005/2020

1.3 Servidores lotados na Unidade

A 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa conta, atualmente, com **13** servidores:

Servidor	Cargo/Função	Data lotação
Ana Áurea Mendes da Silva	Técnico Judiciário – Calculista	18/6/2012
Ana Carolina Silva Costa Miranda	Assistente de Juiz Titular	28/4/2012
Anarina Claudia Rocha de Freitas	Analista Judiciário – Assistente III	10/1/2017
Eduardo Sávio Ferreira de Carvalho	Analista Judiciário – Secretário de Audiência	1º/10/2012
Fauzi Elesbao Felipe	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	26/1/1992
Fernando Escarião Rodrigues	Técnico Judiciário – Secretário de Audiência	17/3/2006
Heldegardo dos Santos	Técnico Judiciário – Diretor de Secretaria	2/5/2012
Jose dos Anjos Pereira Neto	Técnico Judiciário – Assistente de Diretor	18/12/2012
Jose Rodrigues da Silva Neto	Técnico Judiciário – Assistente III	27/1/1992
Larissa de Macedo Ferreira Mota	Técnico Judiciário – Assistente de Juiz Substituto	3/2/2020
Marcos Felix da Silva Junior	Técnico Judiciário – Calculista	28/11/2016
Pedro Luiz Ignacio	Técnico Judiciário	1º/6/2015
Ricardo Antonio Negromonte Montenegro	Técnico Judiciário – Assistente III	21/5/2019



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A Unidade adota, quanto à forma de trabalho, a divisão de tarefas por faixa processual nos sistemas PJe, segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria.

2. ACERVO PROCESSUAL DA UNIDADE (Fonte: e-Gestão)

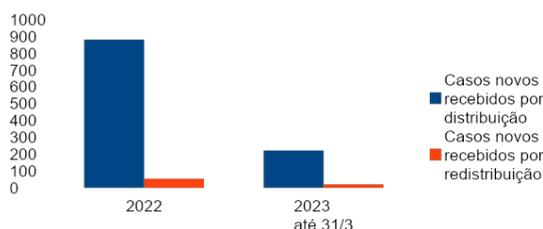
De acordo com os dados fornecidos pelo e-Gestão, a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa contabilizava, em 31/3/2023, um acervo processual de 2.926 processos:

Item	Quantidade
Fase de conhecimento	772
Fase de Liquidação	114
Fase de execução	2.029
Cartas precatórias e de ordem	11
TOTAL	2.926

2.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

2.1.1 Casos novos

Item	2021	2022 até 31/3
Casos novos recebidos por distribuição	878	220
Casos novos recebidos por redistribuição	53	20
TOTAL	931	240

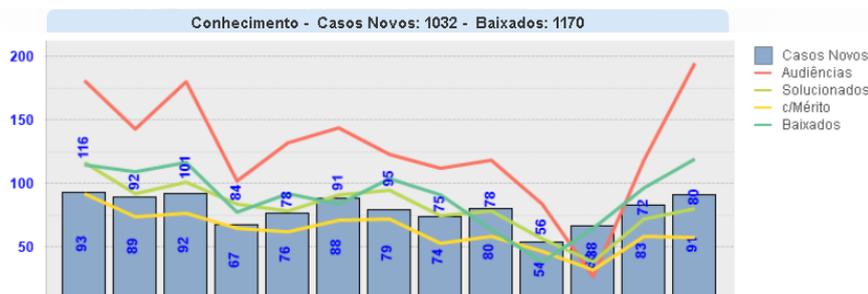


No período correccionado, há registro de 2 processos recebidos com sentença anulada pela instância superior (0000769-82.2021.5.13.0002 e 0000481-53.2021.5.13.0029).



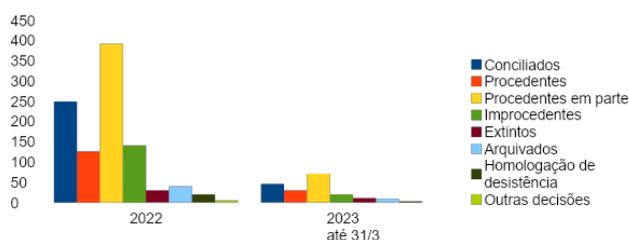
PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de casos novos e de baixados, por mês, na fase de conhecimento, no período correccionado (março/2022 a março/2023).



2.2 Resolvidos na fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Item	2022	2023 até 31/3
Conciliados	249	46
Procedentes	126	30
Procedentes em parte	392	71
Improcedentes	141	20
Extintos	30	11
Arquivados	40	9
Homologação de desistência	20	3
Outras decisões	5	-
TOTAL	1.003	190



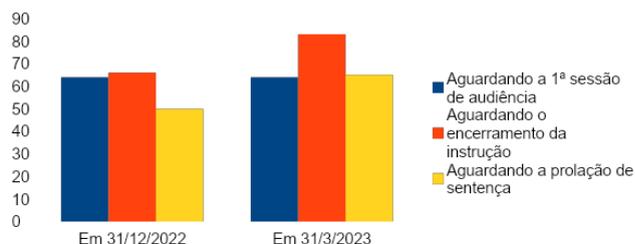
2.3 Pendentes de solução (Fonte: Hórus)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A realidade da movimentação processual vivenciada pela Unidade, quanto aos processos sem prolação de sentença, expressa-se nos seguintes números:

Item	Em 31/12/2022	Em 31/3/2023
Aguardando a 1ª sessão de audiência	64	64
Aguardando o encerramento da instrução	66	83
Aguardando a prolação de sentença	50	65
TOTAL	180	212



2.4 Pendentes de finalização (Fontes: Hórus)

Saldo residual dos processos que não foram finalizados*, ou seja, aqueles processos que, embora já tenham decisão, cálculos de liquidação ou tenha sido satisfeito o crédito (conforme a fase processual), ainda estão impactando a Unidade por ausência de baixa processual.

Item	2022	2022 em 31/3/2023	Variação (%) 2022/2023
Fase de conhecimento	841	772	-8,20%
Fase de liquidação	77	114	48,05%
Fase de execução	2.084	2.029	-2,64%

*Na fase de conhecimento, consideram-se finalizados os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com início da fase de liquidação ou de execução. Na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada. Na fase de execução, os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

3. PANORAMA DAS AUDIÊNCIAS

3.1. Dias da semana em que se realizaram audiências, com o seu respectivo quantitativo



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Audiência	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Inicial	11	40	4	1	0
Conciliação em conhecimento	20	37	31	38	10
Conciliação em Execução	29	52	38	50	8
Una	284	223	238	176	30
Instrução	68	72	43	64	16

Segundo informações prestadas pelo Diretor de Secretaria, atualmente a Unidade correicionada realiza audiências de segunda a quinta-feira e, às sextas-feiras, realizam-se audiências de conciliação - conhecimento e execução, a pedido das partes.

3.2. Audiências realizadas na jurisdição de João Pessoa (Fonte: Hórus)

MÊS	1ª VTJP	2ª VTJP	3ª VTJP	4ª VTJP	5ª VTJP	6ª VTJP	7ª VTJP	8ª VTJP	9ª VTJP	10ª VTJP	11ª VTJP	12ª VTJP	13ª VTJP	MÉDIA, excluída a unidade correicionada
3/22	145	181	145	172	117	121	185	123	175	169	108	56	115	135,9
4/22	97	143	117	151	116	119	137	111	137	134	205	86	125	127,9
5/22	234	180	151	247	163	159	194	181	255	197	182	162	175	191,7
6/22	167	102	94	191	116	196	118	175	154	156	187	109	128	149,2
7/22	112	132	66	142	122	137	122	121	148	162	124	145	126	127,2
8/22	127	144	124	158	134	109	132	215	156	157	152	230	109	150,2
9/22	211	123	130	161	143	195	170	183	176	175	158	161	164	158,02
10/22	128	112	90	125	116	91	136	126	169	130	104	86	111	111,16
11/22	116	118	123	139	145	175	237	161	140	143	106	185	158	152,3
12/22	74	84	54	60	67	93	132	64	82	70	71	69	68	75,3
1/23	59	26	39	50	45	25	48	39	40	55	28	30	48	42,16
2/23	97	118	114	92	86	84	174	84	120	94	121	92	110	105,6
3/23	267	195	145	172	167	187	157	165	192	223	177	145	102	174,91
TOTAL	1834	1658	1392	1860	1537	1691	1942	1748	1944	1865	1723	1556	1539	1701,5



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

4. PANORAMA DO PRAZO MÉDIO

4.1 Fase de conhecimento (Fonte: Hórus)

Fase de conhecimento	2022	2023 até 31/3
Do ajuizamento até a realização da 1ª audiência	35	37
Da realização da primeira audiência até o encerramento da instrução	59	31
Do ajuizamento até o encerramento da instrução	102	69
Da conclusão à prolação da sentença	31	31
Do ajuizamento até a prolação da sentença	130	84

5. INCIDENTES PROCESSUAIS (Fonte: Hórus)

Item		2022	2023 até 31/3
Embargos de declaração	Recebidos	274	63
	Baixados	283	62
	Pendentes	35	30
Tutela Provisórias	Recebidos	128	43
	Apreciadas	107	43
	Pendentes	7	8
Liquidação/ Execução	Recebidos	68	23
	Baixados	45	20
	Pendentes	43	36

6. RECURSOS INTERPOSTOS (Fonte: Hórus)

1º/3/2022 a 31/3/2023			
Item	Interpostos	Remetidos	Pendentes
Recurso ordinário	631	606	31
Recurso adesivo	31	27	-
Agravo de petição	151	96	15
Total	811	729	46



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

7. DURAÇÃO DO PROCESSO NAS FASES DE CONHECIMENTO E EXECUÇÃO (Fonte: Hórus)

No que se refere ao tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, elemento importante na garantia dos princípios da duração razoável do processo e efetividade, temos os seguintes números para o ano-base **2022: 96** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e **229** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **142** dias. O prazo praticado pela Unidade neste exercício, até o dia **31/3**, é de **70** dias para os processos submetidos ao rito sumaríssimo e de **121** dias para o rito ordinário, perfazendo uma média de **91** dias. Em relação a todas as classes processuais, o tempo médio de duração do processo é de **130** dias, para o ano base de **2022**, e de **84** dias, relativo a este ano de **2023**, até **31 de março**.

Quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo, relativo a todas as classes processuais no exercício de **2022**, foi de **1.839** dias, e de **2.447** dias, referente ao exercício atual até o dia **31 de março**.

Pontua-se que o tempo médio de duração do processo na fase de execução, no exercício de 2022, foi o 2º maior prazo da jurisdição e o 3º maior prazo em relação ao Regional.

8 Fase de execução (Fonte: e-Gestão e Hórus)

Item	2022	2023 até 31/3
Execuções pendentes	2049	1.964
Execuções iniciadas	465	144
Desarquivados	343	198
Recebidos de outros Órgãos	2	-
Execução de título extrajudicial	-	-
Execuções encerradas	562	178
Remetidos a outros Órgãos	2	-
Processos arquivados provisoriamente	337	23
Total de processos pendentes de execução	1.964	1.912



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A seguir, gráfico contendo a relação entre número de execução iniciadas e baixadas, por mês, na fase de execução, no período correccionado (março/22 a março/23):



9. PAGAMENTOS E ARRECADAÇÕES (Fonte: Hórus)

VALORES PAGOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/3
Acordo	PJe	R\$ 8.742.949,10	R\$ 1.188.467,16
Espontâneo	PJe	R\$ 5.972.875,17	R\$ 2.253.917,89
Execução	PJe	R\$ 2.792.509,32	R\$ 881.393,56
TOTAL		R\$ 17.508.333,059	R\$ 4.323.778,61

VALORES ARRECADADOS (R\$)			
Item	Sistema	2022	2023 até 31/3
Custas/Emolumentos	PJe	R\$ 502.886,90	R\$ 112.106,97
Contribuição previdenciária	PJe	R\$ 1.408.571,74	R\$ 581.667,86
Imposto de renda	PJe	R\$ 184.995,14	R\$ 50.393,20
TOTAL		R\$ 2.096.453,78	R\$ 744.168,03



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

10 DEMAIS ASPECTOS DE EXAME OBRIGATÓRIO

10.1 Exaurimento das iniciativas do juízo para tornar exitosa a execução

Constatou a Desembargadora Corregedora que há esforço concentrado do Juízo quanto ao uso regular dos sistemas eletrônicos:

PERÍODO CORREICIONADO 1º/3/2022 a 31/3/2023		
Item	Sistema	Quantidade
BACENJUD	PJe	495
INFOJUD	PJe	200
SIMBA	PJe	27
RENAJUD	PJe	192
BNDT	Pendentes (PJe)	137
	Incluídos (PJe)	380

11. METAS DO CNJ (Fonte: Hórus)

Meta 1/2022 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,93%
Unidade Correicionada	111,18%

Meta 1/2023 – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos, excluídos os suspensos e sobrestados, no ano corrente	
IPJ – Índice de Processos Julgados	
Unidades de primeiro grau do TRT	78,30%
Unidade Correicionada	86,37%

Para efeito de controle da **Meta 1/2023**, foram contabilizados, de acordo com a regra negocial, **220** casos novos (por distribuição) e **190** (primeiro julgamento), atingindo o percentual de 86,37%.

Meta 2/2022 – Identificar e julgar, até 31/12/2022, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2020 nos 1º e 2º graus



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	107,01% da Meta 2
	99,52% dos processos distribuídos até 31/12/2020
Unidade Correicionada	107,21% da Meta 2
	99,70 % dos processos distribuídos até 31/12/2020

Meta 2/2023 – Identificar e julgar, até 31/12/2023, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2021 nos 1º e 2º graus	
IPA – Índice de julgamento de processos antigos	
Unidades de primeiro grau do TRT	106,58% da Meta 2
	99,11% dos processos distribuídos até 31/12/2019
Unidade Correicionada	106,47% da Meta 2
	99,01% dos processos distribuídos até 31/12/2019

Meta 3/2022 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2019/2020, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	87,47% da Meta 3
	34,99% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	83,16% da Meta 3
	33,27% de índice de conciliação

Meta 3/2023 – Estimular a conciliação Tribunais Regionais e Juizes do Trabalho: Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2020/2021, em 1 ponto percentual	
IPC – Índice de processos conciliados – índice de conciliação: 40%	
Unidades de primeiro grau do TRT	90,36% da Meta 3
	36,15% de índice de conciliação
Unidade Correicionada	88,49% da Meta 3
	35,40% de índice de conciliação

Meta 5/2022 – Meta 5/2022 – Reduzir a Taxa de Congestionamento Líquida em 2 pontos percentuais, exceto execuções fiscais, em relação à 2021. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 36,73% e Cláusula de barreira na fase de execução: 51,20%.	
Unidades de primeiro grau do TRT	139,89%



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Unidade Correicionada	118,39%
-----------------------	----------------

Meta 5/2023 – Baixar até 31/12 uma quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 30,01% e Cláusula de barreira na fase de execução: 51,20%.

Unidades de primeiro grau do TRT	50,42%
Unidade Correicionada	50,52%

Indicadores									
Período	BaixCon	BaiExe	PendCon	PendExe	TCL Conhecimento	TCL Execução	TCL		
2023-01	65	38	408	679	86,26	94,70	91,34		
2023-02	96	76	384	696	70,46	85,93	79,70		
2023-03	119	102	354	667	55,84	75,54	67,30		

12. AFERIÇÃO DE DESEMPENHO EM ÂMBITO NACIONAL - IPC-Jus e Igest

O índice de produtividade comparada da Justiça busca resumir a produtividade e a eficiência relativa dos tribunais em um escore único, produzido com base no Índice de Produtividade dos Magistrados (IPM), no Índice de Produtividade dos Servidores (IPS), na Despesa Total do Tribunal e na Taxa de Congestionamento Líquida (TCL).

Embora os dados individualizados por vara do trabalho não sejam fornecidos pelo CNJ, considerando-se as variáveis analisadas, o que se observa é que o fator principal a ser buscado pelas unidades judiciárias é o aumento de processos baixados, obtido com o incremento da produtividade de magistrados e servidores. Observa-se, dos dados a seguir apresentados, um aumento no quantitativo de processos baixados da unidade judiciária correicionada, no que se refere às fases de conhecimento e execução, entre os anos de 2021 e 2022, e, nos primeiros meses de 2023, proporcionalmente.

Processos baixados	2021	2022	2023 até 31/3
Fase de conhecimento	822	1.099	280
Fase de execução	638	712	218



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/conhecimento)

5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.054
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.036
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.022
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.005
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	949
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	909
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	871
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	859
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	838
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	822
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	790
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	786
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	743

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/conhecimento)

9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.122
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.099
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.072
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.024
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.018
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.007
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.004
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	983
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	950
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	933
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	912
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	850
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	836

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/conhecimento até 31/03)

2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	280
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	273
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	258
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	250
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	246
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	244
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	237
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	216
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	215
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	214
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	212
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	202
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	197

Comparativo por jurisdição - 2021 (baixados/execução)



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	1.240
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	992
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	913
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	779
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	762
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	641
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	638
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	492
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	446
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	420
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	380
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	299
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	290

Comparativo por jurisdição - 2022 (baixados/execução)

6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	832
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	734
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	712
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	698
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	655
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	634
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	622
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	589
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	586
8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	585
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	481
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	360
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	319

Comparativo por jurisdição - 2023 (baixados/execução até 31/3))

8ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	258
4ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	219
2ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	218
5ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	201
1ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	182
6ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	152
9ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	150
7ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	148
10ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	144
13ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	127
11ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	110
3ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	102
12ª VARA DO TRABALHO DE JOÃO PESSOA	97

Em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - Igest, a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa encontra-se na **624ª colocação**, entre as 1.570 varas do país (**2º quartil**).

Já no quadro comparativo entre as 3 mais bem colocadas Varas do Trabalho com quantitativo de casos novos entre 1.001 e 1.500 (512 varas no total), a



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

unidade correicionada encontra-se com as seguintes colocações conforme os mesoindicadores (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Acervo peso 0,2	Celeridade peso 0,2	Produtivi- dade peso 0,2	Taxa de congestio- namento peso 0,2	Força de trabalho peso 0,2
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	3º	11º	72º	1º	65º
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	10º	48º	146º	13º	3º
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	1º	1º	117º	18º	76º
13ª Região - PB 2ª Vara de João Pessoa	255º	238º	271º	305º	214º	250º

São apresentadas, ainda, as seguintes variáveis para as Varas do Trabalho acima indicadas (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):

TRT/Vara	IGEST	Prazo na fase de conhecimento	Prazo na fase de liquidação	Prazo na fase de execução
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	73	82	441
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	156	15	361
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	29	33	334
13ª Região - PB - 2ª Vara de João Pessoa	255º	130	113	1839



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

TRT/Vara	IGEST	Baixados na fase de conhecimento	Baixados na fase de execução	Servidores ativos
3ª Região - MG 2ª VT de Alfenas	1º	853	447	10
8ª Região - PA e AP - 4ª VT de Parauapebas	2º	1.346	399	9
12ª Região - SC 1ª VT de Fraiburgo	3º	916	72	8
13ª Região - PB - 2ª Vara de João Pessoa	255º	1083	712	13

Observando os mesoindicadores do e-Gestão, pode-se fazer o comparativo entre os períodos de referência de um ano cada, finalizados nos meses de março, junho, setembro e dezembro/2022, estando a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa nas seguintes colocações entre todas as 1.570 varas do país (consulta realizada em 5 de abril de 2023):

MÊS	IGEST	Acervo	Celeridade	Produtividade	Taxa de congestionamento	Força de trabalho
março 22	437º	509º	758º	134º	488º	669º
junho 22	475º	539º	788º	187º	469º	647º
setembro 22	513º	440	790	397	474	717
dezembro 22	624º	429º	699º	1040º	525º	771º

A título ilustrativo, também em âmbito nacional, conforme o Índice Nacional de Gestão de Desempenho - IGest, as Varas do Trabalho de João Pessoa encontram-se com as seguintes colocações, entre as 1.570 varas do país (período de referência 1º/01/2022 a 31/12/2022):



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Vara	Colocação no IGEST
11ª JPA	35º
13ª JPA	75º
10ª JPA	207º
3ª JPA	300º
9ª JPA	352º
8ª JPA	378º
12ª JPA	427º
1ª JPA	436º
4ª JPA	445º
7ª JPA	467º
5ª JPA	512º
2ª JPA	624º
6ª JPA	640º

JUÍZES

13. AFASTAMENTO DE JURISDIÇÃO

Juíza Titular

Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	24/3/2022 a 12/4/2022	20
Férias	SAOAdm	1º/9/2022 a 20/9/2022	20
Férias	SAOAdm	9/1/2023 a 28/1/2023	20
Licença- saúde	SAOAdm	3/10/2022 a 7/10/2022	5
Capacitação	SAOAdm	10/11/2022 a 11/11/2022	2
Licença- saúde	SAOAdm	21/6/2022 a 30/6/2022	10

Juiz Substituto



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Motivação	Fonte	Período	Dias
Férias	SAOAdm	14/7/2022 a 2/8/2022	20
Férias	SAOAdm	27/2/2023 a 18/3/2023	20

13.1 Assiduidade dos magistrados

Não há registro de inassiduidade na Corregedoria, ou manifestações dessa ocorrência na Ouvidoria, em face da Magistrada titular e dos demais Juízes que atuaram na Vara durante o período correccionado.

13.2 Audiências realizadas (1º/3/2022 a 31/3/2023) (Fonte: Hórus)

	Una	Encerramento Instrução	Instrução	Inicial	Conciliação Conhecimento	Conciliação Execução	Total
Ana Paula de Carvalho Scolari	18	-	6	-	1	4	29
Sérgio Cabral dos Reis	427	4	125	14	72	61	703
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	15	-	5	-	2	-	22
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	16	-	2	-	-	15	33
Paulo Nunes de Oliveira	12	-	-	-	-	-	12
Alisson Almeida de Lucena.	8	-	-	-	-	6	14
Mariana Petit Horácio de Brito	14	-	3	-	2	4	23
Solange Machado Cavalcanti	446	3	122	42	95	87	795
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	-	-	1	14	15
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	-	-	-	2	9	11
Lindinaldo Silva Marinho	-	-	-	-	-	1	1



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

13.3 Incidentes julgados (1º/3/2022 a 31/3/2023) (Fonte: Hórus)

Magistrados	Embargos de declaração	Antecipação de tutela	Liquidação / Execução	Total
Fabio Melo Feijao	1	-	-	1
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	2	-	-	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	7	-	-	7
Alisson Almeida de Lucena.	1	-	-	1
Solange Machado Cavalcanti	114	60	27	200
Sérgio Cabral dos Reis	134	71	35	240
Paulo Nunes de Oliveira	1	-	-	1
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	6	-	-	6
Larissa Leonia Bezerra de Andrade Albuquerque	-	-	1	1
Fernando Luiz Duarte Barboza	2	1	-	3
Mariana Petit Horácio de Brito	2	-	-	2

14. PRODUTIVIDADE DOS MAGISTRADOS – solucionados (Fonte: Hórus)

14.1. Processos solucionados por classe processual (Fonte: Hórus)

Classe	Quantidade
Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	566
Ação Trabalhista - Rito Ordinário	315
Homologação da Transação Extrajudicial	66
Embargos de Terceiro Cível	63
Consignação em Pagamento	15
Ação Trabalhista - Rito Sumário (Alçada)	10
Ação de Cumprimento	8
Produção Antecipada da Prova	3
Ação Civil Coletiva	3
Ação Civil Pública Cível	3
Alvará Judicial - Lei 6858/80	2
Tutela Antecipada Antecedente	2



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

14.2. Processos solucionados (Fonte: Hórus)

Magistrados	Com Exame do mérito					Sem Exame do mérito			Total
	Conciliação	Procedente	PP	Improcedente	Extinto	Arquivado	Extinto	Desistência /Outras Decisões	
Alisson Almeida de Lucena.	-	1	5	-	-	-	-	-	6
Ana Paula de Carvalho Scolari	-	2	7	3	-	-	-	1	13
Fabio Melo Feijao	-	-	2	4	1	-	-	-	7
Fernando Luiz Duarte Barboza	1	7	1	-	-	-	1	-	10
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	4	-	3	8	-	-	-	-	15
Mariana Petit Horácio de Brito	4	-	1	2	-	1	-	-	8
Paulo Nunes de Oliveira	1	3	2	-	-	-	-	-	6
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	3	4	6	4	-	-	-	-	17
Sérgio Cabral dos Reis	119	72	192	66	1	23	10	12	495
Solange Machado Cavalcanti	127	45	204	53	1	19	17	13	479

No período correicionado, a Juíza titular laborou 291 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,65 processo/dia. O Juiz substituto laborou 326 dias, perfazendo uma média de produção correspondente a 1,52 processo/dia. Quanto aos demais juízes que atuaram na Unidade, não é



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

razoável aqui se registrar a média de produção em razão da intermitência de atuação.

15. SENTENÇAS LÍQUIDAS (Fonte: Hórus)

Magistrados	Sentenças líquidas	%
Solange Machado Cavalcanti	214	85,94%
Sérgio Cabral dos Reis	240	90,91%
Mariana Petit Horácio de Brito	-	0%
Alisson Almeida de Lucena.	-	0%
Fernando Luiz Duarte Barboza	-	0%
Paulo Nunes de Oliveira	-	0%
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	3	100%
Fabio Melo Feijao	2	100%
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	10	100%
Ana Paula de Carvalho Scolari	1	11,11%

16. PROCESSOS JULGADOS NO PRAZO LEGAL

Magistrado	Total
Sérgio Cabral dos Reis	492
Solange Machado Cavalcanti	456
Alisson Almeida de Lucena.	6
Ana Paula de Carvalho Scolari	9
Fabio Melo Feijao	6
Fernando Luiz Duarte Barboza	10
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	15
Mariana Petit Horácio de Brito	8
Paulo Nunes de Oliveira	6
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	17

16.1 Prazo médio da conclusão à prolação da sentença: 31 dias

Magistrados	Dias
Sérgio Cabral dos Reis	30



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Solange Machado Cavalcanti	32
Alisson Almeida de Lucena.	2
Ana Paula de Carvalho Scolari	51
Fabio Melo Feijao	57
Fernando Luiz Duarte Barboza	2
Francisca Poliana Aristoteles Rocha de Sa	23
Mariana Petit Horácio de Brito	20
Paulo Nunes de Oliveira	10
Rafaela Queiroz de Sá E Benevides	43

17. OBSERVATÓRIO

No período compreendido entre a data designada para a correição do ano de 2022 e a presente correição, foi realizado o único ciclo do Observatório de 2022, no mês de outubro, tendo a Juíza titular Solange Machado Cavalcanti enviado resposta em 18/11/2022, esclarecendo as providências que foram tomadas pela unidade após as pendências que foram identificadas pela Corregedoria Regional.

O Observatório é ferramenta importante, também, para gestão de dados pela própria unidade, podendo ser extraído relatório a qualquer tempo por meio do gabinete virtual -> Intranet -> Institucional-> Corregedoria -> Sistemas de geração de atas de correição -> Observatório Dashboard.

18. PROJETO GARIMPO

De acordo com o Ato Conjunto CSJT.GP.CGJT n. 01, de 14 de fevereiro de 2019, bem como o ATO TRT SCR 017/2020, que dispõem sobre o tratamento dos depósitos judiciais de processos arquivados definitivamente, por meio do relatório disponível no PJe (Relatórios Gerenciais), foi registrado o seguinte, entre março de 2022 e março de 2023 - 13 meses:

Movimentação	Valor total
Pagamento ao advogado	R\$ 335,05



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Pagamento em favor de perito	R\$ 1.619,98
Pagamento em favor do reclamado	R\$ 80.700,77
Pagamento em favor do reclamante	R\$ 67.853,66
Recolhimento contribuições previdenciárias	R\$ 4.861,00
Valor transferido para outro processo trabalhista de outra Vara do Trabalho	R\$ 2.349,81
Total	R\$ 157.720,27

Reforça-se a observância da Recomendação TRT13 SCR 04/2019, a fim de que, ao arquivamento dos autos, proceda à conferência de inexistência de contas com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando-se o ocorrido, por exemplo, nos processos 0000640-53.2016.5.13.0002 e 0024900-05.2013.5.13.0002.

A Corregedora destaca a necessidade de que sejam adotadas as devidas providências para o saneamento dos processos arquivados definitivamente com saldo em contas judiciais, bem como registro, no sistema Garimpo, das contas movimentadas relativas aos processos arquivados, único meio atual para apuração do trabalho desempenhado em observância ao que dispõe o Ato TRT13 SCR 17/2020.

19. CAPACITAÇÃO

O Ato TRT13 SCR N° 28/2022 destaca, como item a ser incluso na ata de correição, a participação em cursos por magistrados e servidores. Segundo informações prestadas pela Ejud (PROAD N° 1882/2023), a Juíza titular e o Juiz substituto fixo não participaram, no exercício anterior, de cursos voltados à conciliação, mediação e à efetividade da execução, constando, apenas, as presenças em cursos de formação continuada pelo período mínimo de 30 horas-aula por semestre (art. 3° da Resolução ENAMAT n° 09/2011), abaixo relacionados.

Magistrados	Descrição
-------------	-----------



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Solange Machado Cavalcanti	<p>CFC sobre Administração de Varas do Trabalho - EAD</p> <p>Seminário sobre Normas Internacionais Trabalhistas na Perspectiva da Recomendação 123/2022 do CNJ - Proad 5423/2022</p> <p>Jurisprudência Contemporânea do Tribunal Superior do Trabalho - PROAD 6515/2022</p> <p>Criptoativos e Blockchain, aspectos práticos – Persecução Patrimonial - PROAD 5807/2022</p> <p>Acidente de Trabalho e Responsabilidade Civil - PROAD 6663/2022</p> <p>WORKSHOP “Gestão de Vara do Trabalho: Pje e E-gestão na prática” - PROAD 9061/2022 - 14 , 24 E 28/OUT. - 16 h/a</p> <p>1º Congresso Internacional da EJ6</p> <p>Redação Jurídica - PROAD 9647/2022</p>
Sérgio Cabral dos Reis	<p>CFC sobre Administração de Varas do Trabalho - EAD</p> <p>A Competência da Justiça do Trabalho - P 7373/2022</p> <p>CFC sobre Redação Jurídica</p> <p>CFC - Direito Coletivo do Trabalho</p> <p>Jurisprudência Contemporânea do Tribunal Superior do Trabalho - PROAD 6515/2022</p> <p>Análise Econômica do Direito - PROAD 4335/2022</p> <p>Seminário Internacional sobre Métodos Consensuais de Resolução de Disputas: A Justiça do Trabalho a Serviço da Paz</p> <p>Acidente de Trabalho e Responsabilidade Civil - PROAD 6663/2022</p> <p>WORKSHOP “Gestão de Vara do Trabalho: Pje e E-gestão na prática” - PROAD 9061/2022 - 14 , 24 E 28/OUT.</p> <p>CFC sobre Sistema de Pesquisa de Bens e Pessoas</p> <p>Redação Jurídica - PROAD 9647/2022</p> <p>Direito Previdenciário aplicado Às relações de trabalho</p>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	Curso de Formação Continuada sobre O Direito e o Processo do Trabalho nas Recuperações Judiciais e Falências - EAD
--	--

Registre-se que apenas o servidor Fernando Escarião Rodrigues, lotado na Unidade correicionada, não participou das capacitações realizadas, consoante informado pela Ejud (PROAD Nº 1882/2023) e pela Segepe (PROAD 2478/2023):

Servidores	Descrição
Ana Áurea Mendes da Silva	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
Ana Carolina Silva Costa Miranda	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIAO - MODALIDADE HÍBRIDA
Anarina Cláudia Rocha de Freitas	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
Eduardo Sávio Ferreira de Carvalho	TRT - REDAÇÃO JURÍDICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/ PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
Fauzi Elesbão Felipe	TRT - TECNOLOGIA, TRABALHO E DIREITO DO TRABALHO - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO III DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: JURISPRUDÊNCIA DO TST ACERCA DA TEMÁTICA EXECUCAO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO - EM FORMATO HÍBRIDO TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/ EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - MÓDULO I DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: TEORIA GERAL DA EXECUCAO /ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / O CURSO OCORREU DE FORMA HÍBRIDA. TRT - CRIPTO ATIVOS E EXECUÇÃO TRABALHISTA - PALESTRA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - MÓDULO IV DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: UTILIZAÇÃO OTIMIZADA DE FERRAMENTAS ELETRÔNICAS PARA



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

	EXECUÇÃO PARA SERVIDORES / EJUD 13a REGIÃO /HÍBRIDO
Hedelgado dos Santos	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - SISTEMA AUD 4 RELATIVA A INTEGRAÇÃO COM O SISTEMA ZOOM / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO MODALIDADE HÍBRIDA
José dos Anjos Pereira Neto	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/ PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP INTRODUÇÃO A LEI BRASILEIRA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (TURMA AGO/2022) / ENAP
José Rodrigues da Silva Neto	TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/ PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL TRT - MÓDULO II DOS ESTUDOS AVANÇADOS DE EXECUÇÃO: MEIOS DE DEFESA E EXPROPRIAÇÃO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO / EM FORMATO HÍBRIDO, PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL FORMAÇÃO CONTINUADA SOBRE PRECATÓRIOS NA JUSTIÇA DO TRABALHO / ENAMAT TRT ACESSIBILIDADE E DIVERSIDADE HUMANA: CONVIVÊNCIAS E INCLUSÃO SOCIAL - TURMA I / ESCOLA JUDICIAL DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13a REGIÃO
Larissa de Macedo Ferreira Mota	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO TRT - WORKSHOP GESTÃO DE VARA DO TRABALHO: PJE E E-GESTÃO NA PRÁTICA / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO/ PRESENCIAL E TELEPRESENCIAL
Marcos Félix da Silva Júnior	TRT - OFICINA PARA CAPACITAÇÃO E ORIENTAÇÃO DOS GESTORES E SERVIDORES AUTORIZADOS A TRABALHAR NO TELETRABALHO / ESCOLA JUDICIAL DO TRT DA 13a REGIÃO
Pedro Luiz Ignácio	DIREITO E LEGISLAÇÃO TRABALHISTA /AMPLI FUNDAMENTOS E CONCEITO DO DIREITO DO TRABALHO / AMPLI
Ricardo Antônio Negromonte Montenegro	PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS NO SETOR PÚBLICO (TURMA AGO/2022) / ENAP



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

20. PROCEDIMENTOS CORREICIONAIS

Processos analisados

Foram analisados 30 processos, por amostragem, selecionados pelos critérios estabelecidos no artigo 2º do Ato TRT13 SCR nº 028/2022, havendo a prolação de 16 despachos correicionais no PJe.

Concede a Desembargadora Corregedora o prazo de 10 dias para cumprimento dos despachos e recomendações, com a devida comunicação à Corregedoria Regional.

Segundo informações prestadas pelo supervisor da Ouvidoria, conforme artigo 2º, II, a, do Ato TRT SCR nº 067/2020, não foi registrada nenhuma ocorrência nos últimos seis meses.

21. RECOMENDAÇÕES

Aos(às) magistrados(as)

1. Recomendações gerais

a) observar o estabelecido na Resolução Administrativa TST nº 1.470/2011 quanto à prática de inclusão/alteração/exclusão da parte executada no BNDT, conforme o caso, evitando-se, por exemplo, o ocorrido no processo 0216100-39.1992.5.13.0002.

b) adotar o procedimento de instauração do incidente de desconsideração da personalidade jurídica na forma disciplinada pela CLT, art. 855-A;

c) observar as determinações constantes da Recomendação Conjunta GP.CGJT nº 3/2013 no sentido de encaminhar cópias das sentenças que reconheçam agentes insalubres no meio ambiente do trabalho ao endereço eletrônico sentenças.dsst@mte.gov.br do Ministério do Trabalho e Emprego,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

com cópia para o endereço eletrônico insalubridade@tst.jus.br, a fim de subsidiar o planejamento de ações de fiscalização;

d) diligenciar nos processos em execução encaminhados ao arquivo provisório ou sobrestados em decorrência do deferimento da recuperação judicial, de modo que, com o seu encerramento ou com o encerramento da quebra em que ela tenha sido convolada (art. 156 e seguintes da Lei 11.101/2005), seja retomado o prosseguimento, para cobrança dos créditos que não tenham sido totalmente satisfeitos (art. 114 da Consolidação dos Provimentos da CGJT);

e) visitar os processos que se encontram em arquivo provisório ou sobrestados com execução suspensa, a fim de renovar providências coercitivas por meio da utilização dos sistemas Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros, conforme disciplinamento do art. 108, III, da Consolidação dos Provimentos da CGJT;

f) observar as recomendações editadas pela Corregedoria Regional, em especial a Recomendação TRT13 SCR Nº 004/2019 (Projeto Garimpo), de forma que, como condição de arquivamento de processo judicial, em qualquer fase, seja certificada a inexistência de contas judiciais com valores disponíveis e não sacados pelos beneficiários, evitando o ocorrido nos processos 0000640-53.2016.5.13.0002 e 0024900-05.2013.5.13.0002.

2. Recomendações específicas

a) incluir em pauta processos na fase de execução em que se verifique potencial conciliatório (art. 108, II, da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR nº 003/2021);

b) incrementar o uso dos sistemas eletrônicos (Sisbajud, Renajud, Infojud, Infoseg, CCS, Serasajud, CNIB, CENSEC, entre outros), de forma a buscar reduzir o tempo de duração do processo na fase de execução;

c) observar os termos da Consolidação dos Provimentos da CGJT e Recomendação TRT13 SCR Nº 007/2022 no que se refere aos procedimentos



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

a serem seguidos na fase de execução - determinações de reunião, suspensão/sobrestamento, e arquivamento definitivo dos autos;

d) observar, quando da apreciação das minutas de despachos/decisões/sentenças, se há necessidade de expedição de intimação às partes e, também, o prazo inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, evitando, por exemplo, o ocorrido no despacho de Id 67c397a do processo 0000014-92.2020.5.13.0002.

e) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

Ao Diretor de Secretaria

a) monitorar os relatórios fornecidos pelo Hórus e e-Gestão, a fim de verificar possíveis inconsistências na alimentação de dados pela Unidade, e corrigi-las;

b) observar as recomendações da Ata de Correição, de forma a aprimorar o desempenho da Unidade e o cumprimento das metas do CNJ;

c) orientar a equipe a utilizar o Gigs para controle de prazos e cadastro de tarefas, procedendo ao registro de cumprimento, para melhor identificação das atividades realizadas, especialmente os processos localizados na tarefa "Aguardando apreciação da instância superior";

d) orientar a equipe para executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000431-11.2021.5.13.0002, 0000261-39.2021.5.13.0002, 0000913-56.2021.5.13.0002, 0000198-14.2021.5.13.0002, 0000739-47.2021.5.13.0002, 0001285-44.2017.5.13.0002, 0000172-79.2022.5.13.0002 (de 28/02/2023 até 16/04/2023), e 0000635-60.2018.5.13.0002;

e) orientar a equipe a observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento, acrescentando, no campo “Descrição”, o nome da parte beneficiária, a fim de facilitar a pesquisa no caderno processual, evitando-se o ocorrido no processo 0000378-93.2022.5.13.0002, por exemplo. Além disso, na hipótese de requisição de pequeno valor que tramita na unidade judiciária, quando da elaboração do ofício, orientar a equipe a selecionar, no campo “Prazo”, a opção “data certa” para que seja inserido o período de 2 meses, evitando-se o ocorrido no processo 0000882-36.2021.5.13.0002, por exemplo;

f) registrar e incentivar a equipe a efetuar com regularidade os registros, no sistema Garimpo, das contas movimentadas, por se tratar de meio imprescindível ao cômputo dos valores devolvidos.

Aos(às) servidores(as)

a) executar os atos processuais no prazo assinalado pelo Código Processual Civil, art. 228, a fim de agilizar o andamento processual e prevenir que processos fiquem indevidamente paralisados, a exemplo dos processos 0000431-11.2021.5.13.0002, 0000261-39.2021.5.13.0002, 0000913-56.2021.5.13.0002, 0000198-14.2021.5.13.0002, 0000739-47.2021.5.13.0002, 0001285-44.2017.5.13.0002, 0000172-79.2022.5.13.0002 (de 28/02/2023 até 16/04/2023), e 0000635-60.2018.5.13.0002;

b) observar os termos da Recomendação TRT13 SCR 007/2022, atinente ao procedimento a ser utilizado no PJe para elaboração de ofícios precatório/RPV, bem como registros de pagamento;

c) ter atenção com a opção de intimação automática quando da elaboração de minutas de despachos/decisões/sentenças, e, também, o prazo a ser inserido, evitando-se a elaboração de intimações automáticas que porventura atrasem a marcha processual, evitando-se o ocorrido nos processos 0000884-11.2018.5.13.0002 (notificação de Id 27aaf0c), 0000178-86.2022.5.13.0002 (notificação de Id 694a665), e



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

0000325-88.2017.5.13.0002 (foi inserido na notificação de Id 46b80b2 o prazo de 120 dias, todavia, a hipótese era de sobrestamento).

d) participar de capacitações voltadas, primordialmente, à conciliação, mediação e efetividade da execução.

22. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dessas considerações, a Desembargadora Corregedora constata que a 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa tem buscado o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional.

Registra, com satisfação, o cumprimento das Metas 1 (111,18%), 2 (107,21%) e 5 de 2022 (118,39%), pelo que parabeniza os servidores e magistrados pelo trabalho desempenhado.

Destaca-se também a redução do tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento, que passou de 130 dias em 2022, para 84 dias, relativo a este ano de 2023, até 31 de março.

Já quanto à fase de execução, o tempo médio de duração do processo passou de 1.839 dias em 2022, para 2.447 dias em 2023, até o dia 31 de março.

Assim, recomenda-se que a unidade correicionada observe os termos da Recomendação TRT13 SCR Nº 003/2021, procedendo-se à inclusão periódica de processos na fase de execução em pauta para realização de audiências de conciliação. Além disso, deve ser incrementada a utilização das ferramentas eletrônicas disponíveis ao Juízo, com o fito de reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de execução.

A evolução da 2ª Vara do Trabalho de João Pessoa no Igest também é um motivo de preocupação para esta Corregedoria Regional. Em março de 2022, a unidade correicionada ocupava a 437ª posição, passando para 475ª em junho/2022, 513ª em setembro/2022, e 624ª em dezembro do mesmo ano, ocupando a penúltima colocação em relação à sua jurisdição, conforme dados divulgados no último trimestre de 2022.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

A tabela relativa aos mesoindicadores aponta que o item “Produtividade”, composto pelos indicadores “107 – Taxa de Conciliação” (relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados), “108 – Taxa de Solução” (relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento) e “113 – Taxa de Execução” (relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas), foi o que mais impactou a unidade no período correicionado, passando da posição 134ª (março/2022) para a 1.040ª posição, em dezembro de 2022.

Recomenda-se, portanto, que a unidade judiciária vele pelo acompanhamento constante dos indicadores do Igest, com objetivo de proporcionar aos jurisdicionados a célere entrega da prestação jurisdicional, cumprindo a garantia de duração razoável do processo.

Pontua-se, por fim, que é de grande relevância a participação de magistrados e servidores em capacitações específicas voltadas à efetividade da atividade jurisdicional, especialmente aquelas relacionadas à mediação, conciliação e execução.

Nada mais havendo a tratar, dar-se por encerrados os trabalhos, nesta data, e eu, Rodrigo Cavalcante Barreto, Secretário da Corregedoria Regional, lavrei a presente ata, a ser assinada eletronicamente pela Desembargadora Corregedora, que deixa assinado o prazo de 08 dias, a contar do primeiro dia útil que segue, para a Vara do Trabalho, querendo, oferecer suas considerações.

A presente Ata será publicada no DEJT e inserida na página oficial da Corregedoria na Internet.

MARGARIDA ALVES DE ARAÚJO SILVA
Desembargadora Vice-Presidente e Corregedora



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL



ANEXO

VISTOS

0000378-93.2022.5.13.0002	0000725-63.2021.5.13.0002	0000866-82.2021.5.13.0002
0002085-09.2016.5.13.0002	0000243-43.2020.5.13.0005	0000965-18.2022.5.13.0002
0000560-50.2020.5.13.0002	0258200-43.1991.5.13.0002	0130715-20.2015.5.13.0002
0000435-27.2021.5.13.0009	0000014-92.2020.5.13.0002	0000172-79.2022.5.13.0002
0000178-86.2022.5.13.0002	0000325-88.2017.5.13.0002	

DESPACHOS CORREICIONAIS

0171900-68.1997.5.13.0002	0216100-39.1992.5.13.0002	0000431-11.2021.5.13.0002
0000913-56.2021.5.13.0002	0000261-39.2021.5.13.0002	0000264-57.2022.5.13.0002
0000198-14.2021.5.13.0002	0186900-49.2013.5.13.0002	0000871-70.2022.5.13.0002
0000882-36.2021.5.13.0002	0000739-47.2021.5.13.0002	0000884-11.2018.5.13.0002
0001285-44.2017.5.13.0002	0000338-48.2021.5.13.0002	0000635-60.2018.5.13.0002
0148600-81.2014.5.13.0002		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL
